



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

ISBN: 978-85-68618-01-1

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR FEDERAL E OS MODELOS CURRICULARES INOVADORES A PARTIR DO REUNI

PENILDON SILVA FILHO

UFBA

silvafilhopenildon@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo analisa o processo de expansão da Educação Superior das universidades federais a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo Decreto nº 6.096/2007 e confronta os seus resultados com a necessidade de investimentos nesse nível de ensino tendo em vista a meta 12 do novo Plano Nacional de Educação (PNE), a meta de crescimento do investimento em relação ao PIB e a contribuição que novas arquiteturas curriculares, a exemplo dos Bacharelados Interdisciplinares e novas estratégias de aprendizagem podem dar para a expansão projetada na lei, para essa meta 12 do PNE. O atual nível de investimentos nas universidades federais é muito superior ao de 14 anos atrás, e o investimento per capita por aluno cresceu bastante, entretanto não será possível cumprir a meta 12, especialmente no tocante ao crescimento das universidades públicas com o mesmo modelo de universidade que temos hoje. Novas estratégias serão necessárias para atingir essa meta, caso contrário o crescimento se dará mais pelo setor privado, diminuindo ainda mais a proporção de vagas na Educação Superior públicas no país.

Palavras-chaves: REUNI, Expansão Universitária, Bacharelados Interdisciplinares

Introdução

Os estudos sobre a Universidade se ocupam de temáticas as mais variadas, como modelos de Universidade, sua História, o desenvolvimento em diferentes países, finalidades da instituição universitária, expansão e democratização do acesso e permanência universitárias, dentre outras. Ganhou relevo o debate sobre a expansão da Educação Superior Brasileira, especialmente pelo baixo número de estudantes nesse nível de ensino e pela minoritária participação do setor público, esta última situação que ocorreu a partir do regime militar. Também o acesso e estratégias de garantia de permanência de grupos historicamente discriminados nas instituições universitárias aparecem com destaque no debate sobre a democratização e expansão de acesso, fortalecendo o debate sobre políticas afirmativas e a sua implementação como políticas públicas patrocinadas pelo Estado brasileiro.

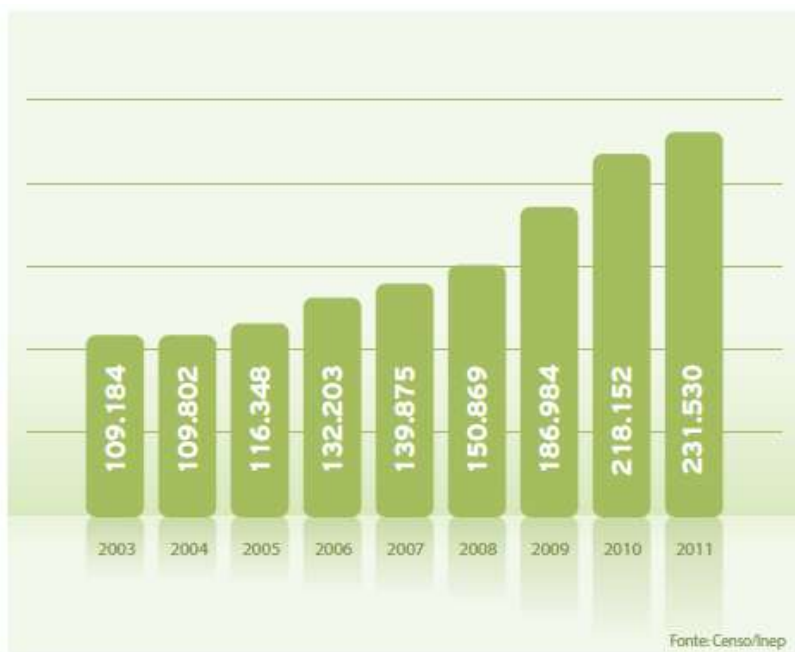
Apesar de compreendermos a necessidade das políticas afirmativas, considera-se que a adoção concomitante de políticas universalistas é essencial, especialmente na educação superior, como pré-condição para favorecer a democratização do acesso, e isso significa a expansão das instituições, especialmente as públicas. O Censo Escolar de 2006 do Inep-MEC já informava que, naquele ano, apenas 10% dos jovens de 18 a 24 anos estavam na educação superior (CATANI, 2001). A Argentina apresentava, em 2006, um percentual próximo de 40%. Venezuela, Uruguai e Costa Rica tinham pouco mais de 30%. O Peru tem mais jovens em suas universidades que o Brasil e, juntamente com o Chile, apresentava 20% de seus jovens no ensino superior (CATANI, 2001).

Esses dados indicavam a necessidade da ampliação da rede de ensino superior pública, para atender à imensa maioria dos jovens que não têm condições de pagar as mensalidades das faculdades particulares. A comparação da situação brasileira com a de outros países permite perceber como o próprio desenvolvimento econômico e social do país fica limitado pela pouca presença de profissionais de nível superior. Por isso, as políticas universalistas e as políticas de ações afirmativas não são excludentes e podem ser combinadas.

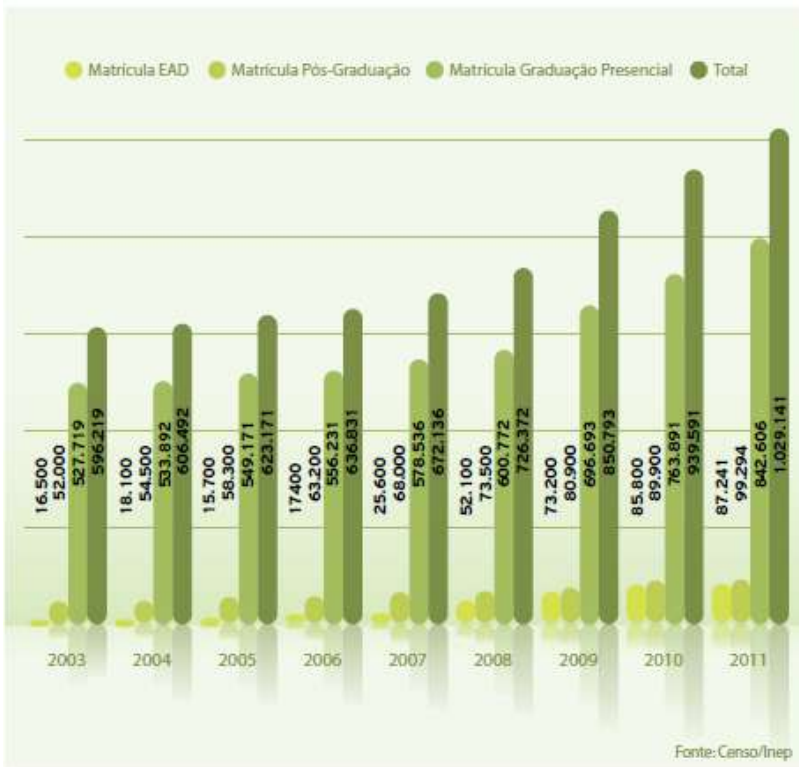
É necessária a expansão do sistema, para que uma maior proporção da juventude brasileira tenha acesso à educação superior. A partir dessa constatação, o Brasil implementou políticas que já fazem sentir os seus efeitos positivos. Houve uma expansão, que mudou a situação de haver apenas 7,1% dos jovens de 18 a 24 anos cursando uma formação universitária, em 1997, para termos 17,8% em 2011, segundo dados do Inep (BRASIL, 2012).

Neste artigo, analisamos a expansão do sistema federal de ensino superior a partir do primeiro governo Lula, a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo Decreto nº 6.096/2007, os investimentos feitos nas instituições, o nível de investimento per capita e se seria possível alcançar o que preconiza a meta 12 do PNE utilizando os recursos previstos nesse mesmo plano, mantendo-se o mesmo modelo de universidade pública atual.

Primeiramente constatamos a ampliação do número de vagas de ingresso nas instituições universitárias federais (BRASIL, 2015a). Abaixo temos a evolução das vagas para entrada entre 2003 e 2013 nas universidades federais no país, que são nosso foco de análise neste artigo.

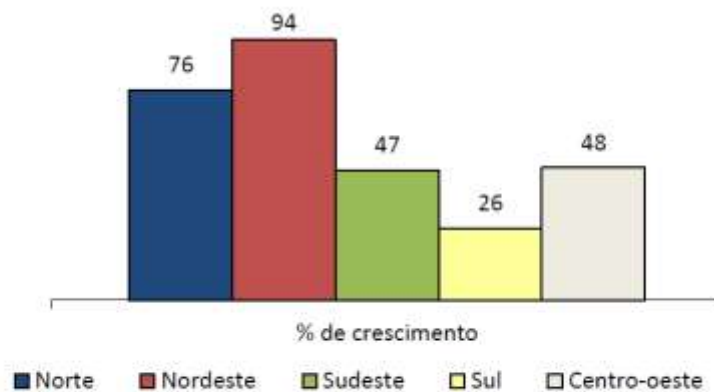


Se analisarmos o conjunto dos alunos das instituições federais, e não apenas os números de ingresso, atestaremos também um incremento substantivo nos últimos 12 anos. Abaixo podemos analisar as matrículas na graduação e na pós-graduação apenas nas universidades federais (BRASIL, 2015a). Em 2003 havia no Brasil 596.219 de alunos matriculados nas universidades federais e em 2013 já contávamos com 1.029.141 alunos nessas universidades. Essa quase duplicação expressou um novo momento de crescimento da rede muito significativo, após as décadas de 1980 e 1990 de estagnação devido à recessão, endividamento público e posteriormente ao neoliberalismo.



A percentagem de jovens e de pessoas em geral que frequentam a universidade é muito diferente em cada região do país. Enquanto no sudeste há 22,1% dos jovens de 18 a 24 anos em cursos superiores, apenas 11,9% dos jovens dessa faixa etária estão nesses cursos, nas regiões norte e nordeste. No centro-oeste, os estudantes universitários chegam a 23,9% dos jovens, o que é mais do que dobro do que há no norte e nordeste (C. CUNHA, SILVA FILHO, O. CUNHA, 2014).

Os gráficos abaixo exemplificam a expansão da Educação Superior por região (BRASIL, 2015 b). Há uma expansão de toda a Educação Superior, envolvendo as instituições particulares e públicas, com a indicação de uma expansão maior nas regiões menos desenvolvidas do país:



Fonte: Inep/Mec

Entretanto se analisarmos a expansão do setor público federal apenas, constatamos que as regiões Sul e Sudeste mantêm um crescimento dessa oferta superior às demais regiões, mantendo uma lógica histórica de mais recursos federais para as regiões que sempre receberam esses aportes (BRASIL, 2015 b):

REGIÃO	CURSOS			VAGAS			MATRÍCULAS		
	2002	2013	% de crescimento	2002	2013	% de crescimento	2002	2013	% de crescimento
NORTE	478	714	49%	16.755	30.094	80%	76.779	128.228	67%
NORDESTE	583	1.299	123%	33.587	75.052	123%	147.464	281.421	91%
SUL	286	951	233%	17.152	42.241	146%	75.985	157.206	107%
SUDESTE	430	1.332	210%	32.509	71.502	120%	139.641	275.687	97%
CENTRO-OESTE	270	571	111%	13.260	27.044	104%	60.590	89.721	48%

Fonte: CENSO/INEP.

Essa expansão significou uma precarização das condições de trabalho nas IFES? Houve uma pauperização do financiamento ao mesmo tempo que uma expansão das vagas? O número de professores não acompanhou o crescimento das vagas e isso resultou numa sobrecarga de trabalho docente? Foram questões que procuramos dados objetivos para responder que nos indicassem respostas, não tão definitivas por estarmos em meio a um processo de mudanças, sempre procurando evitar a confusão entre fatos e opiniões acerca do momento atual na Universidade.

O modelo de Universidade e a Expansão do acesso

A Universidade como instituição social está presente desde a Idade Média no Ocidente. A universidade medieval europeia se constituiu como uma corporação sob o controle da instituição então dominante – a Igreja Católica. A primeira universidade reconhecida como tal na Europa foi a Universidade de Bolonha, na Itália, em 1108. No Oriente, Oriente Médio e África há relatos de outras experiências de pesquisa e ensino, inclusive com avanços científicos superiores aos europeus nessa fase histórica. Muito do conhecimento filosófico, matemático e científico dos árabes foi essencial para o Renascimento e para a expansão marítima. Segundo Lima, Castro e Carvalho (2000), houve “pré-universidades” e instituições com traços universitários desde a Antiguidade:

Recorrendo a Paul Monroe afirma que a gênese da universidade deu-se tanto na Grécia (através da Universidade de Atenas [resultante da combinação de três escolas: Academia, Escola Peripatética e a Estóica] e a Universidade de Alexandria [tida como Centro Intelectual do Mundo]), quanto em Roma (através da Universidade de Roma, cuja origem se deu com a biblioteca fundada por Vespasiano [69 - 79 d.C] no Templo da Paz, construído após o incêndio de Nero).

A partir do século XV, a emergência de vários Estados nacionais e a expansão ultramarinha abriram a universidade renascentista ao humanismo, valorizando as letras e as artes e, mais tarde, as ciências. Ao mesmo tempo, a Reforma Protestante cindiu a dinâmica da instituição,

rompendo o monopólio da Igreja Católica, mas a reação da Contra-Reforma teve uma forte influência também, sobretudo na Península Ibérica e em suas colônias.

No final do século XVIII, a universidade foi sacudida pela Revolução de 1789. Da França e da Prússia emergiram, no início do século XIX, as primeiras universidades estatais: a Napoleônica, para formar quadros para o Estado, e a de Berlim, integrando ensino e pesquisa. Estavam estabelecidas assim as bases da universidade moderna e laica. O novo padrão estatal napoleônico modernizou as universidades tradicionais da América Espanhola e inspirou a formação tardia das primeiras faculdades profissionais no Brasil, no século XIX.

Segundo Debelle e Dreze(1983), havia dois tipos de instituições universitárias, as Universidades idealistas e as Utilitárias. No primeiro grupo das universidades idealistas se inserem a Universidade Inglesa, teorizada pelo Cardeal Newman como a universidade do Ensino; a Universidade Alemã, que é a Universidade de Humboldt, do ensino e da pesquisa integrados; e dos Estados Unidos, do ensino e da pesquisa para o desenvolvimento social e comunitário. Na segunda categoria estariam as Universidades utilitárias: a Francesa, compreendendo a universidade como fôrma para as mentes e para graduar profissionais para o Estado e o desenvolvimento econômico; e a Soviética, voltada para o desenvolvimento do Estado e da Economia socialista, para a corrida armamentista e a corrida espacial.

O modelo do ensino superior Brasileiro foi caracterizado a partir de 1808 por faculdades isoladas, dedicadas exclusivamente à formação profissional, voltadas apenas para o ensino, e com um acesso extremamente restrito. Trata-se do modelo francês e português e foi um modelo para a elite, atendendo a um contingente inexpressivo de pessoas, refletindo a sociedade brasileira da época, bastante atrasada, ainda escravocrata, rural, baseada na monocultura e no latifúndio. A nossa Independência sem República acarretou na manutenção da escravidão, da dependência econômica e cultural. A primeira instituição de ensino superior foi criada em 1808, o primeiro curso de cirurgia na Bahia, seguida pelo curso de cirurgia do Rio de Janeiro, e de Direito em Recife. Em 1810 é estruturada a faculdade de engenharia militar no Rio de Janeiro. Há uma lentidão na criação de faculdades isoladas profissionalizantes durante o século XIX. Apenas em 1934, com a criação da USP passamos a ter um modelo de universidade voltado à pesquisa (CUNHA, 1980).

A Reforma Universitária de Córdoba (1918) se tornou a principal referência para definir a identidade da universidade latino-americana baseada nos seguintes princípios: autonomia universitária, gestão democrática, gratuidade do ensino superior, compromisso social. Hoje, a construção de uma universidade pública, democratizada e comprometida com um projeto de nação, guarda sua inspiração básica nessas conquistas históricas. Tal dinâmica, porém, incluindo a expansão da educação superior privada, não nos deve afastar da missão fundadora da universidade latino-americana (TRINDADE, 2004).

A universidade brasileira, postulando legalmente a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, somente será construída na segunda metade do século XX. A luta para criação de uma verdadeira universidade deve muito ao Movimento da Escola Nova, que tinha à frente Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. No seu Manifesto de 1932 e em suas publicações esses educadores defendiam o paradigma da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como base da nova Universidade: o paradigma Humboldtiano.

Antes disso, ainda houve a criação da Universidade do Rio de Janeiro, em sete de setembro de 1920, que foi reorganizada em 1937, quando passou a se chamar Universidade do Brasil, por determinação da ditadura do Estado Novo, e mais tarde em 1965 novamente renomeada Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entretanto não era ainda uma verdadeira universidade, pois em 1920:

Sua implantação não decorre, todavia, de um processo orgânico de discussão e de amadurecimento, que resultasse na organização de uma entidade à altura dos legítimos anseios da sociedade brasileira. Trata-se, pura e simplesmente, de um ato político e protocolar de justaposição de instituições de ensino superior já existentes: a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito, sendo esta última resultante da união de duas outras escolas livres já existentes.(A UFRJ..., 2015)

Essa tradição de formar universidades a partir da justaposição burocrática de faculdades isoladas permaneceu ao longo do século XX, a exemplo da UFBA em 1946, formada pelas faculdades isoladas de Medicina, Politécnica, Direito, Filosofia, Belas Artes. Houve a manutenção da cultura de faculdades isoladas, com a formação profissionalizante, faculdades para o ensino, com a separação entre as áreas do conhecimento, currículos defasados, estrutura hierárquica acentuada e ausência de pesquisa.

Houve uma mudança com a Reforma Universitária de 1968, que apesar de ser produzida pela ditadura militar, assimilou muitas proposições da comunidade acadêmica e dos movimentos sociais. Antes do golpe de 1964, ocorreu uma mobilização social em torno das reformas de base. O ideário da Reforma Universitária de Córdoba (1918) chegou no Brasil tardiamente, através da União Nacional dos Estudantes - UNE, no início dos anos 1960, com a “Carta de Salvador” em 1961, resultado do Iº Seminário da Reforma Universitária, que preconizava a extinção das cátedras, a criação dos departamentos, atualização dos currículos, o compromisso social das universidades, a vinculação do ensino com a pesquisa, o aumento das vagas e a ampliação do financiamento.

No regime militar aconteceu a expansão do sistema público, mas uma expansão mais forte do setor privado. O sistema público passou de 61% a 40% do total de vagas na Educação Superior entre 1964 e 1990. As cátedras foram extintas, os departamentos foram consolidados ao lado da implantação dos institutos básicos e centros de áreas e de investimentos em infraestrutura. Esse processo é arrefecido a partir da crise do modelo econômico da ditadura, com hiperinflação, recessão, destruição de políticas públicas, passamos a conviver também com a estagnação e crise das universidades federais e uma indefinição de projeto de transformação para as universidades públicas. As décadas de 1980 e 1990 foram perdidas para o Ensino Superior Público do ponto de vista do apoio do Estado, embora nessa época o Brasil tenha avançado muito na pós-graduação e pesquisa científica.

Somente a partir de 2003, voltamos a reconstituir o financiamento das universidades federais, e apresentar uma proposta de acréscimo do financiamento a desde que com contrapartidas das IFES em aumentar as vagas, criar cursos noturnos e novas universidades e campi no interior. Essa proposta, consubstanciada pelo REUNI, foi amplamente abraçada pelas IFES, que passaram a presenciar forte ampliação de vagas, de prédios e orçamentos, num novo parâmetro do investimento público na Educação superior. Dentre as propostas de incremento

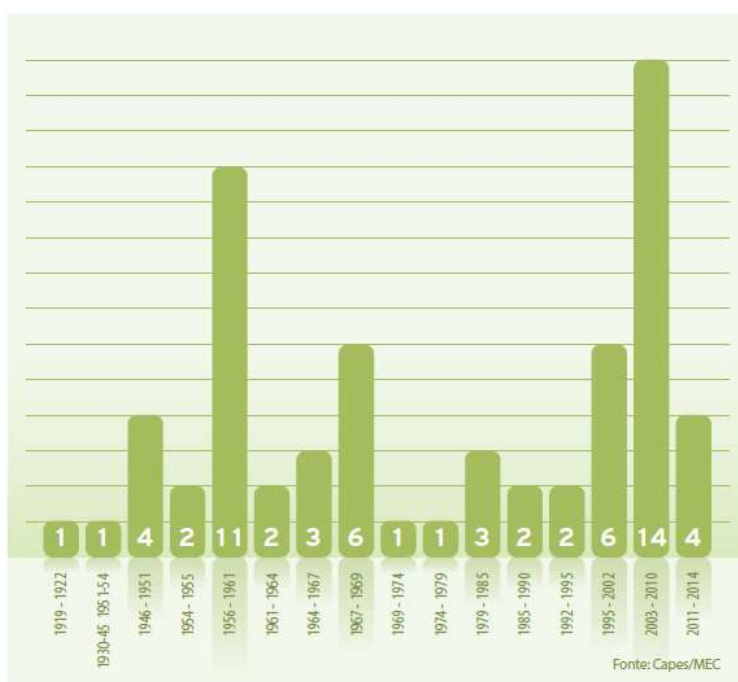
financeiro, passou a existir um estímulo à adoção de inovações e novas arquiteturas curriculares, especialmente pelos bacharelados interdisciplinares.

Os efeitos do REUNI

Entre 2003 e 2014 foram criadas 18 novas universidades federais, as universidades federais do Recôncavo da Bahia, do ABC, de Ciências da Saúde de PA, de Alfenas, do Triângulo Mineiro, dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, de Grande Dourados, do Pampa, Rural do Semiárido, Tecnológica do Paraná, do Vale do São Francisco, Latino Americana, Luso Afrobrasileira, do Tocantins, do Oeste da Bahia e a Universidade Federal do Sul da Bahia. Essa ampliação da rede ocorreu após o debate iniciado em 2004 e 2005 sobre a reforma universitária, que colocava como pontos para reflexão e mudança nas universidades:

- Qual o papel do Estado na avaliação e supervisão de um sistema de educação superior público/privado tão heterogêneo?
- Que nível de massificação seria aceitável para o sistema público de educação superior para que ele continue a cumprir suas funções na pós-graduação e na pesquisa fundamental e aplicada?
- Qual a função estratégica das universidades na geração de conhecimentos científicos e tecnológicos e na construção de um projeto de Nação soberana e inserida na competição internacional? (BRASIL, 2005)

Há um gráfico que indica as épocas de crescimento da rede federal e de estagnação, com a indicação da criação de instituições universitárias por períodos históricos. Nesse quadro, os momentos de maior expansão foram no governo de Juscelino Kubischek, na ditadura militar e nos governos Lula e Dilma, sendo que devemos creditar ao período de Vargas a estruturação do sistema federal de ensino superior (BRASIL, 2015 a):

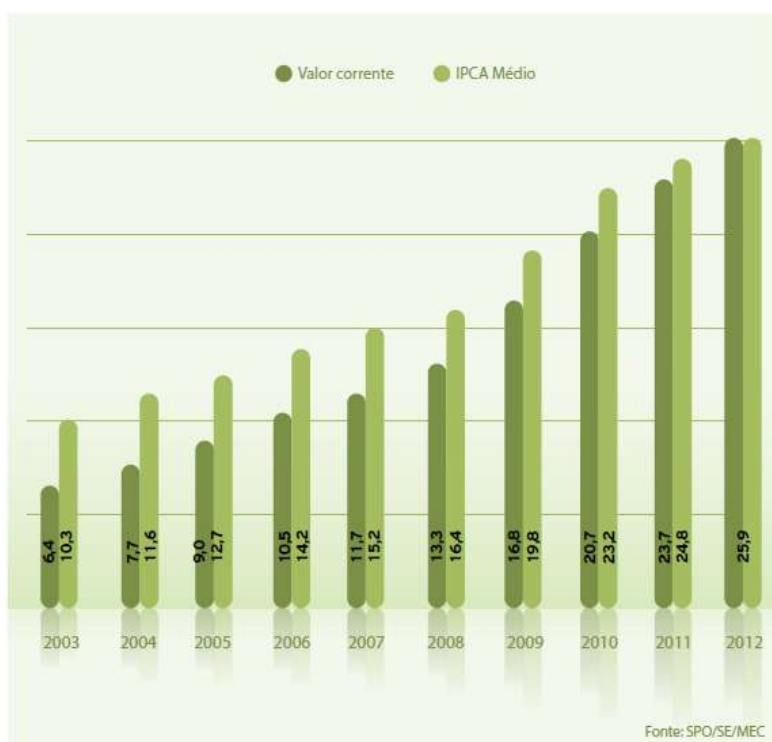


O orçamento do Ministério da Educação foi incrementado nesse período, assim como o destinado especificamente para as universidades federais (BRASIL, 2015 b)



Fonte: SIAFI/STN – base de dados – valores empenhados.

Esse incremento orçamentário nas universidades pode ser analisado em termos de investimento per capita, com o objetivo de sabermos se houve um “sub-financiamento” da Educação Superior ou uma precarização das universidades, muitas vezes alarmado como o caminho para a transformação dessas em “escolões de terceiro grau”. Utilizamos os dados do Ministério da Educação em Camargo (2014) e do documento “Análise da Expansão das Universidades Federais” (BRASIL, 2015 a):

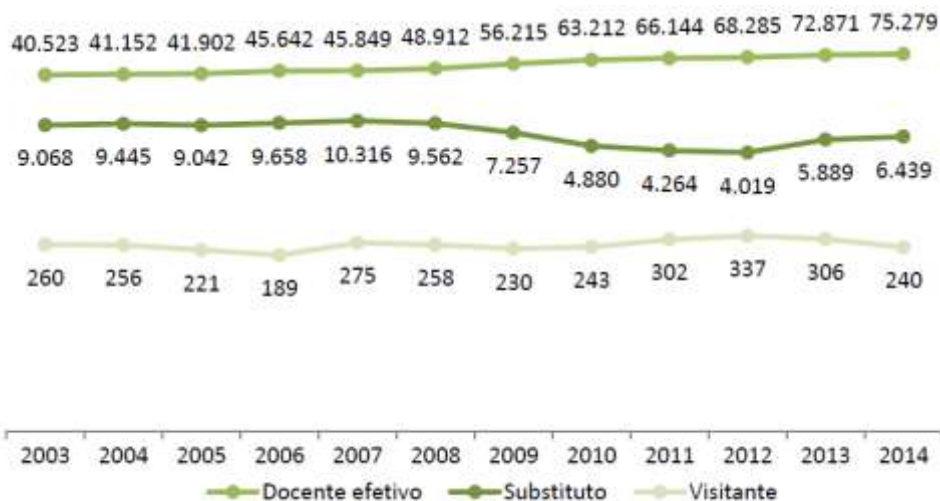


Fizemos o cruzamento dos dados de financiamento das universidades federais com o número de alunos no período, e o resultado dessa análise está abaixo. A razão entre investimentos das IFES e número de matrículas nos indicam que não houve precarização das instituições. No sentido inverso, os dados nos indicaram que o valor de investimento per capita vem aumentando, passando, em termos corrigidos pelo IPCA, de R\$19.517 em 2003 para R\$ 25.222 em 2013. Ou seja, todos os valores foram atualizados pelo índice que mede a inflação e assim percebemos em valores de 2013 quanto foi o investimento em cada um dos anos anteriores. Utilizamos os dados de número de alunos de 2003 a 2011 do documento “Análise sobre a Expansão das Universidades Federais:2003 a 2012. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012”(BRASIL, 2015 b) e os dados de matrículas de 2012 foi do Censo INEP (BRASIL, 2012) e os dados de matrícula de 2013 também pelo Censo INEP (BRASIL, 2013)

Ano	Matrículas	Investimento das IFES (em reais e corrigidos pela IPCA)	Relação investimento/matrículas
2003	527.719	10.300.000.000	19.517,96
2004	533.892	11.600.000.000	21.727,24
2005	549.171	12.700.000.000	23.125,76
2006	556.231	14.400.000.000	25.888,52
2007	578.536	15.200.000.000	26.273,21
2008	600.772	16.400.000.000	27.298,20
2009	696.693	19.800.000.000	28.419,97
2010	763.891	23.200.000.000	30.370,82
2011	820.000	24.800.000.000	30.243,90
2012	1.087.413	25.900.000.000	23.817,99
2013	1.137.851	28.700.000.000	25.222,98

Esses dados desmistificam o discurso de que houve uma precarização da universidade. O investimento per capita aumentou ao longo dos anos, com um investimento orçamentário em crescimento exponencial para garantir um crescimento linear no número de vagas. Isso pode acarretar que mesmo com a previsão de maior investimento em Educação, incluindo aí Educação Superior, talvez não consigamos cumprir a meta 12, caso se consolide essa tendência de termos um investimento sempre maior por aluno nas IFES. Compreendemos que parte desse fenômeno se deu pela compressão orçamentária das décadas de 1980 e 1990, enquanto no momento dos governos Lula e Dilma houve uma recomposição de valores, mas ainda é um fenômeno que deve ser analisado na projeção do financiamento da Educação superior a partir do PNE.

Outro ponto muito discutido nas avaliações do REUNI foi a suspeita de que há uma sobrecarga de trabalho docente, e a sua consequente precarização. Se avaliarmos a relação professor aluno, entretanto, ela permanece estável durante todo o período apontado. Vejamos o quadro do crescimento do número de docentes nas IFES (BRASIL, 2015 b):



Fonte: SIAPE/MPOG.

Ao dividirmos o número de alunos pelo número de professores ano a ano, encontramos essa estabilidade. Em 2003, a relação Aluno/Professor foi de 13,02 alunos por professor, e em 2013 15,61. A relação entre número de professores efetivos, desconsiderando os substitutos e visitantes se manteve estável, apesar da expansão da oferta, o que indica que não houve sobrecarga de trabalho docente em sala de aula de forma geral. Isso não exclui situações específicas, como nos campi novos de universidades no interior que apresentam necessidade de mais vagas para professores ou que não conseguem ainda fixar os docentes pela pouca atratividade e comodidade dos centros urbanos que passam a sediá-los. O processo de interiorização encontra dificuldades em algumas situações de falta de docentes em algumas regiões, e ao mesmo tempo a chegada de uma universidade dinamiza a economia e a vida cultural do lugar, convertendo-se em vetor de crescimento e desenvolvimento social.

Ano	Professores	Alunos	Relação Aluno/Professor
2003	40.523	527.719	13,02270315623226
2004	41.152	533.892	12,97365863141524
2005	41.902	549.171	13,1060808553291
2006	45.642	556.231	12,18682353972219
2007	45.849	578.536	12,61829047525573
2008	48.912	600.772	12,28271180896304
2009	56.215	696.693	12,39336476029529
2010	63.212	763.891	12,08458836929697
2011	66.144	820.000	12,39719400096759
2012	68.285	1.087.413	15,92462473456835
2013	72.871	1.137.851	15,61459291076011
2014	75.279		

Passemos a analisar a meta 12 do PNE e o financiamento da universidade nesse contexto. A Meta 12 do PNE estabelece:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.(BRASIL, 2014)

O objetivo de ter 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público gerará uma necessidade de expansão maior do que a proporcionada pelo REUNI. A taxa líquida de escolaridade superior em 2013 foi de 18%, o que significa 7.526.681 de matriculados em todos os estabelecimentos de ensino. A taxa líquida de escolaridade superior em 2024 terá que ser de 33%, o que significará 13.798.916 de matriculados se considerarmos a população atual, para efeito de simulação. Faremos assim por não encontrarmos um parâmetro de evolução demográfica. Isso demandará um aumento de matrículas de 6.272.235 jovens, sendo que o setor público deve ter um aumento de 2.508.894, que é 40% desse total. Hoje o setor público chega a 1 milhão de alunos, então ele terá que ter um aumento de 150% até 2014.

Mantendo-se o valor de investimento percapta/aluno de hoje de R\$ 25.222,00, teremos que alcançar um orçamento das federais de R\$ 63.281.798.583,47 (63,2 bilhões). Podemos considerar que esse é um cálculo prudente e que procura subestimar esse valor em 2024, ao final do PNE, quando deve ser atingida a Meta 12. Trata-se de um cálculo conservador e prudente pois esse investimento per capita pode aumentar, e não há garantia que o valor de investimento por aluno possa se manter o mesmo. Na verdade, os dados indicam que esse investimento per capita tem aumentado. O valor de 63,2 bilhões para as universidades federais pode ser considerado o valor base, podendo aumentar.

Hoje o orçamento das universidades federais é de R\$ 28,7 bilhões, o que implica num aumento de investimentos de R\$ 34.581.798.583,47 até 2024 para chegarmos ao valor apresentado no parágrafo anterior. Mas isso será possível? Julgando-se o projeto de aumento do PIB de 6.4% (em 2013) para 10% (em 2014), se projetarmos um aumento na mesma proporção para as universidades, isso não será possível. O valor do orçamento das federais por essa projeção terá que ser, em 2014, 220% do valor de 2013; o valor do investimento total em Educação será, em 2024, 158% do valor de 2013. Parece-nos improvável que a União aumente o recurso para a Educação Superior mais do que para a Educação Básica, fazendo com que o percentual da Educação Básica seja diminuído, sobretudo quando as diversas metas do PNE e as estratégias exigem uma prioridade muito forte para a Educação da creche ao ensino médio, o ensino profissional tecnológico e a Educação de Jovens e Adultos

Uma opção para ampliar a rede federal de Educação Superior pode estar na adoção dos bacharelados interdisciplinares e de novas estratégias de ensino-aprendizagem, tanto pela sua relevância para um conceito mais contemporâneo de Universidade quanto pelos custos, que indicam ser mais baixos.

A alternativa dos Bacharelados Interdisciplinares

Várias instituições brasileiras adotaram parcialmente ou totalmente o regime de ciclos, com o primeiro ciclo consistindo nos bacharelados interdisciplinares(BI). Essa implantação foi estimulada pelo REUNI, que previa estímulo às universidades que criassem cursos noturnos, novos campi no interior (processo de interiorização) e adoção de arquiteturas curriculares inovadoras. As instituições federais e seus BI são as instituições:

UFABC: Bacharelado em Ciências e Tecnologia e Bacharelado em Ciências e Humanidades, com entrada única pelos BI

UFBA: BI em Artes, BI em Humanidades, BI em Ciências e Tecnologia e BI em Saúde

UFSJ: BI em Ciência e Tecnologia e BI em Biosistemas

UFRB: Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas e BI em Saúde

UFRN: Bacharelado em Ciências e Tecnologia

UFERSA: Bacharelado em Ciências e Tecnologia

UFVJM: BI em Humanidades e BI em Ciência e Tecnologia

UFSB: BI em Artes, BI em Humanidades, BI em Ciências e Tecnologia e BI em Saúde, , com entrada única pelos BI

Como apenas a UFABC e a UFSB apresentam um modelo exclusivo de entrada pelos BI e o regime de ciclos na sua plenitude, e a UFSB ainda está em fase inicial de implantação, realizamos um estudo de caso da UFABC visando analisar os orçamentos desta universidade desde a sua criação em 2006 até 2015, e cruzar esses dados com o número de alunos a cada ano para compará-los com os resultados brasileiros. Coletamos os dados de orçamento utilizando como fonte as leis de orçamento anual (LOA) aprovadas no Congresso Nacional em cada ano e o número de alunos foram coletados nos relatórios de gestão da UFABC, ambos presentes em seu site oficial (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC, 2015)

Ano	LOA	Investimento	LOA- sem Investimento	Número de alunos na graduação	Custo per capita anual: aluno / LOA	Custo per capita anual: aluno / LOA corrigido pelo IPCA(ano de comparação de 2013 e valores de 2015)
2006	48.245.697	42.240.001	6.005.696	456	105.801,96	154.596,03
2007	89.685.601	59.984.746	29.700.855	1.116	80.363,44	112.908,25
2008	81.215.070	3.700.000	37.515.070	1.866	43.523,61	57.398,06
2009	127.445.222	83.876.013	43.569.209	2.617	48.698,97	61.697,69
2010	113.563.106	31.174.990	82.388.116	4.184	27.142,23	32.607,65
2011	191.308.281	85.066.251	106.242.030	5.550	34.469,96	38.809,38
2012	223.134.706	81.859.385	141.275.321	6.978	31.976,88	34.080,47
2013	217.394.578	64.762.374	152.632.204	8.542	25.450,07	25.450,07

2014	262.989.577	86.373.948	176.615.629	10.395	25.299,62	26.742,87 (valores de 2015)
2015	244.540.851	40.715.266	203.825.585	12.116	20.183,29	20.183(valores de 2015)

Percebe-se que o valor anual de investimento per capita diminui ao longo da implantação, atingindo uma importância de R\$ 25.450,07, em 2013, em valor nominal, enquanto que a média das universidades brasileiras foi de R\$25.222,00 nesse mesmo ano. Nesse ano não há diferença significativa entre o investimento per capita da UFABC e a média nacional.

Se tomarmos o valor de 2015 da UFABC teremos R\$20.183,29, em valores nominais. Se comparamos com o último valor disponível da média das universidades brasileiras de 2013, que foi de R\$ 25.222,98, corrigidos pelo IPCA ficamos com R\$ 28.752,07 de investimento por aluno, que indica uma diferença significativa entre o investimento da UFABC e a média nacional, de R\$20.183,29 e R\$ 28.752,07 respectivamente. Esse resultado pode indicar que a alternativa dos BI serve à otimização de recursos materiais e humanos para a expansão da Educação Superior no setor federal.

Compreende-se que nos primeiros anos há um grande investimento em construção, o que aumenta o recurso de capital/investimento no momento em que os alunos são poucos, o que explica o valor muito alto em 2006, de R\$154.596 em valores corrigidos para 2013. Não podemos considerar esse período de 2006 a 2010, que são os quatro primeiros anos de implantação, como parâmetro do funcionamento regular da instituição, mas nos últimos anos, de 2012 a 2015 podemos identificar que os recursos para capital diminuem e os de custeio e de pessoal aumentam.

Podemos assim tomar como razoáveis os dados de investimento per capita nesse período de 2012 a 2015 para efeito de comparação entre a UFABC e a média das universidades brasileiras. Entretanto, ainda é necessário um acompanhamento mais longo da evolução dos investimentos e do público atendido no conjunto das universidades brasileiras, na UFABC e na UFSB, quando esta última estiver com um processo de implantação consolidado.

Conclusões

Consideramos que esse modelo de regime de ciclos pode ser uma alternativa para a expansão da Universidade brasileira conseguir atingir o que a lei do PNE preconizou. Compreendemos que atingir 33% dos jovens de 18 a 24 anos na Educação Superior é fundamental para nosso país, e estabelecer que pelo menos 40% das vagas novas sejam de instituições públicas nesse próximo intervalo de 2015 a 2024 é importante para garantir uma presença mais expressiva do setor público, evitando que o setor privado cresça de tal forma que a participação pública fique diminuída ainda mais. O cumprimento dessa meta precisará ter estratégias nesse sentido. No documento “Planejando a próxima década: Conhecendo as 20 netas do Plano Nacional de Educação”, do Ministério da Educação(MEC), o tema fica claro no tratamento do assunto:

Entre as estratégias prioritárias estabelecidas no novo PNE para o cumprimento dessa meta, destacam-se: otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação (Estratégia 12.1); ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil (Estratégia 12.2); fomentar a

oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, bem como para atender o déficit de profissionais em áreas específicas (Estratégia 12.4); ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil (Estratégia 12.5);[...] (BRASIL, 2014)

A implantação do regime de ciclos e dos BI podem contribuir para a otimização da capacidade física instalada e de recursos humanos e têm contribuído para ampliar o acesso à Educação Superior. Além dos BI, a discussão sobre novas arquiteturas curriculares é vasta, e experiências nacionais e internacionais podem servir de referência e inspiração.

Essa reflexão sobre novos modelos envolve pelo menos três dimensões que devem ser abordadas: a curricular, a pedagógica e a tecnológica. A mudança na universidade não deve ser apenas quantitativa, embora isso seja importante, mas deve-se questionar o tipo e a concepção de Universidade que queremos, por isso é fundamental o debate sobre qual currículo devemos ter, a que deve servir e qual seu objetivo, “facilitando a organização de percursos estudantis diferentes, na gestão seja do tempo, seja do espaço e do conteúdo. Trata-se de um sistema vinculado ao institucional e ao organizacional” (DIAS, 2012, p. 63). A formação pedagógica dos professores e as estratégias de ensino por eles adotadas não precisam ser apenas de aulas expositivas e presenciais e podem ser mais em formato de cursos para turmas maiores, cursos magistrais, estudos dirigidos, pesquisa e voltados para uma formação por toda a vida; e estão ligadas ao aparato tecnológico que pode proporcionar uma ampliação das opções de aprendizagem para os estudantes, adaptando conteúdos e criando oportunidades.

O debate sobre os BI e outras inovações curriculares podem influenciar na política de expansão e otimização de uso de recursos materiais e humanos, mas servir também para a construção de uma concepção mais ampla de Universidade, com a definição de uma missão institucional que ultrapasse o debate apenas das estruturas formais da instituição. Assim, falar em reforma da universidade pressupõe ter em vista a sua missão, que está ligada diretamente ao compromisso social, a um projeto de Nação, a um modelo de sustentabilidade. Como Marco Antonio Rodrigues Dias (2012, p. 72) afirmou:

Assim, falar em reforma da universidade sem se ter em vista as suas missões permanentes e sem levar em consideração um projeto de nação e, nos dias de hoje, de uma globalização humana, não é consequente. É preciso que as universidades participem ativamente, assumam posições de liderança no processo de definição de projetos dessa natureza, em que o desenvolvimento da ciência sirva aos interesses de todos em todo o país, e não só de grupos estrategicamente situados em grandes centros urbanos.

Referências

A UFRJ - História. Coordenadoria de Comunicação da UFRJ. Disponível em: http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA Acesso em: 3 ago 2015

BRASIL, Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2013**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf. Acesso em: 6 jul 2015

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE). **Planejando a próxima década: Conhecendo as 20 netas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 13 ago 2015

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais: 2003 a 2012**. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, 2015 a. Disponível em: [file:///C:/Users/Penildon/Downloads/analise_expansao_universidade_federais_2003_2012%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Penildon/Downloads/analise_expansao_universidade_federais_2003_2012%20(2).pdf). Acesso em 4 ago 2015

BRASIL. Ministério da Educação. **Exposição De Motivos: Anteprojeto de Lei da Educação Superior**. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs_reformaexpo2807.pdf Acesso em: 4 ago 2015

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. **Resultados do Censo da Educação Superior 2012**. Tabela Disponível em: <www.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/apresentacao_efa_29012014.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 – 2014**. (Balanço Social 2003 2014) Brasília, 2015 b. Disponível em: [file:///C:/Users/Penildon/Downloads/balanco_social_sesu_2003_2014%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Penildon/Downloads/balanco_social_sesu_2003_2014%20(1).pdf). Acesso em 2 jul 2015.

CAMARGO, Murilo Silva de. A evolução dos indicadores da educação superior brasileira no período 2003 a 2013: dados e resultados das políticas públicas implementadas. **XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU: A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade**. Florianópolis, 2014. ISBN: 978-85-68618-00-4

CATANI, Afrânio. A Educação Superior no Brasil. São Paulo: ANPAE, 2001 CD-ROM WINDOWS.

CUNHA, Luis Antônio. **A Universidade Temporã**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Cunha, Maria Couto; Silva Filho, Penildon; Cunha, Eudes Oliveira. Direitos humanos e equidade: um olhar sobre as políticas de ações afirmativas na educação superior no Brasil. **Revista Educação Online**, n. 16, mai-ago 2014, p. Disponível em: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/ojs/index.php/Eduonline/article/view/71> Acesso em: 5 jul 2015

DEBELLE, Jean; DREZE, Jacques. **Concepções da Universidade**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983.

DIAS, Marco Antonio Rodrigues. Inovações na educação superior: tendências mundiais. In: **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década** / organizado por Paulo Speller, Fabiane Robl e Stela Maria Meneghel.– Brasília : UNESCO, CNE, MEC, 2012.164 p.

LIMA, Paulo Gomes; CASTRO, Franciana; CARVALHO, Maria Aparecida Vivan de. Caminhos da universidade rumo ao século XXI: pontos e estratégias para a sua orientação na visão de educadores brasileiros. **Paidéia**, FFCLRP-USP, Rib. Preto, jan/julho/2000.

TRINDADE, Hélió. A República em tempos de reforma universitária: o desafio do Governo Lula. **Educ. Soc.** [online]. 2004, vol.25, n.88 pp. 819-844 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000300009&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1678-4626. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000300009>. Acesso em: 14 ago 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Relatório de Gestão. <http://propladi.ufabc.edu.br/informacoes/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 10 ago 2015